



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº 495/2024

<u>SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA</u> <u>PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA</u>

<u>8</u>

Tuiuti/SP, 03 de junho de 2024





HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão Descrição		Autor
03-06-2024	1.0	Finalização da primeira versão do documento	D.E.



2.1.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO



Estudo Técnico Preliminar nº 07/2024

O Transporte Escolar Rural é definido pelo deslocamento dos alunos da rede pú-

1. Informações Básicas

1.1. Processo Administração nº 495/2024.

2. Descrição da necessidade

blica de educação, que residem e/ou estudam em áreas rurais, ocorrendo a partir de suas residências ou um ponto de embarque, possibilitando o acesso às unidades meio de veículos de ensino, por escolares. Seu objetivo é a realização do deslocamento dos alunos no trajeto casa-escolacasa para facilitar o acesso e a permanência destes nas escolas, melhorando as oferta condições da do ensino público. O Transporte Escolar é garantido pela Constituição para o ensino básico da rede pública, sendo assim, serão apresentados aspectos legais que asseguram o cum-Pública primento desta Política pelo Estado (FNDE): NA CONSTITUIÇÃO **FEDERAL** DE 1988 A Constituição Federal de 1988 assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL: A Lei nº 9.394/96 (com acréscimo da Lei nº 10.709/2003), mais conhecida como LDB, também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar, mediante a obrigação de Estados e Municípios, conforme transcrição abaixo: Art. Estados incumbir-se-ão 10. Os VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei n° 10.709, de 31/7/2003). 11. Municípios Os incumbir-se-ão Art. VI - Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (incluído pela Lei 10.709, de 31/7/2003). A Lei nº 10.709 foi instituída com o escopo de alterar a Lei nº 9.394/96, incluindo nos artigos 10 e 11 os incisos VII e VI para determinar competência aos Estados e Municípios em garantir o transporte para os alunos de suas respectivas redes de ensino. Vale destacar que o artigo 3º desta lei possui um dispositivo de suma importância para negociações entre os Estados e Municípios, de forma a prestar um atendimento de qualidade a todos os alunos que precisam do transporte para ter garantido seu direito educação. Art. 3° Cabe aos Estados articular-se com os respectivos Municípios, para prover

o disposto nesta lei da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos.

Os serviços ora solicitados têm como objetivo atender os alunos cujas as distancias e acessos às unidades educacionais interferem no cotidiano escolar dos mesmos matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, residentes





em várias localidades da zona rural. Para alunos residentes na área urbana que se enquadrem no disposto na Resolução SE 27, transportando-os diariamente, ou seja, durante 12 (doze) meses, de atendimento misto das zonas rurais e urbana, bem como Escola Estadual da zona urbana.

- 2.2. A Prefeitura Municipal de Tuiuti SP, São Paulo, necessita contratação do objeto deste ETP para atender o as necessidades do Departamento de Educação.
- 2.3. Neste contexto, se faz necessário a aquisição dos seguintes produtos e especificações:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Percurso: Saída da frente da E.E. José Tavares, segue pela Rodovia Benevenuto Moretto sentido a Bragança Paulista, entra a direita no Bairro da Usina, retorna para a rodovia, entra no trevo do Passa Três, segue pela estrada passando pelo Rio Abaixo, Caetanos, Machado, Praça do Bairro Passa Três, segue pela estrada municipal Passa Três – Tuiuti retornando ao centro da cidade para atender a demanda, da E.E. Prof. José Tavares, E.M. Prof ^a . Iracema Cunha Lima e Prof ^a . Ophélia Garcia Bertholdi, em Tuiuti. Poderá realizar: Saída da E.E. Prof. José Tavares, estrada Tuiuti – Passa Três, praça do referido bairro, Machados, Caetanos, Rio Abaixo, Trevo do Passa Três, volta em direção ao Bairro do Arraial seguindo pela Rodovia Benevenuto Moretto sentido a Tuiuti até a E.E. Prof. José Tavares, E.M. Prof ^a . Iracema Cunha Lima e E.M. Prof ^a . Ophélia Garcia Bertholdi. (01 Ônibus com capacidade mínima de 45 lugares). Disponibilidade do veículo para início imediato. Períodos: Manhã: 6h30 às 7h30. Tarde: 16h30 às 17h30. Poderá realizar: 6h30 e 16h30. Km diária: Aproximadamente 79,4	25089	km	15.880	12,51	198.658,80





				- manual e Cymr
quilômetro	os, com variação de até			
25% (vinte	e e cinco por cento).			
viagens.	ter períodos com duas to por 200 dias letivos.			

3. Requisitantes

- 3.1. Departamento de Educação.
- 3.2. Responsável pela Divisão de Transporte Escolar: Aline Aparecida Cardoso Dariolli;
- 3.2.1. Responsável pelo Departamento: Kelly Meire Jadach Jardim.

4. Descrição dos requisitos da aquisição/contratação

4.1. As especificações dos itens encontram-se no Termo de Referência deste documento, contratação de empresa especializada para prestar serviços de transporte escolar – Linha 8. Os itens solicitados deverão atender, obrigatoriamente, todas as disposições legais e normas técnicas vigentes.

5. Pesquisa de preços

5.1. Com fulcro nas fontes de preços praticados nos âmbitos do Comprasnet, Bec, Licitacoes-e, Caixa Econômica Federal e outras plataformas de compras eletrônicas oficiais, bem como em levantamentos realizados de compras efetivadas por outros entes federados e, na ausência desses preços, com base em pesquisa realizada junto à fornecedores do ramo, constatamos os preços de mercado são aqueles inseridos no item 01 deste ETP.

6. Julgamento por item

- 6.1. A jurisprudência vigente é que o critério de julgamento das licitações deve ser o de menor preço por item, podendo, com a devida motivação e justificativas técnicas necessárias, ser utilizado o critério de menor preço por lote/grupo ou até mesmo o maior desconto incidente sobre tabela referencial oficial.
- 6.2. Neste contexto, entendemos que o julgamento deve ser processado pelo critério de menor preço por item, eis que esse critério propicia maior competitividade e preserva a igualdade entre os licitantes.

7. Estimativa global da contratação





7.1. Conforme consta no item 1, o preço estimado global desta aquisição/contratação é de R\$ 198.658,80 (cento e noventa e oito mil e seiscentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).

8. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

- 8.1. Conforme acima aduzido, o parcelamento, ou seja, a entrega de um mesmo produto por vários fornecedores, não se mostra viável, em função da logística de distribuição e controle, que a Administração deve adotar.
- 8.2. Desta forma, os itens serão julgados por item, sendo vencedor responsável pela entrega da totalidade do quantitativo licitado, durante o prazo contratual, podendo ser a entrega única ou fracionada, desde com as necessidades da Prefeitura.

9. Resultados pretendidos

9.1. O transporte escolar no Município de Tuiuti atende em média 949 alunos indicados, somente nessa linha são 45 alunos indicados.

10. Fiscalização

- 10.1. A Administração designará fiscal para acompanhar a execução contratual, devendo o fornecedor atender suas solicitações.
- 10.2. A gestão do contrato será também confiada à servidor formalmente designado.

11. Mapeamento de riscos

- 11.1. O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da aquisição/contratação e gestão contratual. Para identificar o risco, define-se a probabilidade de ocorrências de eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como identificação dos responsáveis por ação.
- 11.2. A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão:

Risco	Probabilidade /impacto	Dano	Ação
Questionamentos excessivos no pregão	baixo	Legitimidade do edital	Atender a lei e dispor de regras claras, transparentes e atendam os princípios básicos
Licitação deserta	baixo	Licitação fracassada	Ampliar prazo legal de apresentação de proposta e não constar especificações desarrazoadas dos itens
Adjudicatário (vencedor) se recusa	Baixa/alto	Erro na proposta ou preço inexequível	Proceder avaliação dos





a firmar a ata ou contrato			preços ofertados, promovendo-se a desclassificação, após diligências, do fornecedor com preços nestas condições.
Incapacidade de a empresa vencedora executar o contrato	Baixo/alto	Erro na proposta, preço inexequível ou aumento de preços de mercados.	Idem anterior; facultar no edital a possibilidade de empresa contratada pleitear a recomposição, mediante apresentação de documentos comprobatórios das ocorrências.
Falência da empresa	Baixa/alto	Empresarial/Atraso no fornecimento do item.	Exigir garantias contratuais
Falta de produtos ou atraso entregas	Baixa/alto	Atraso no fornecimento do item.	Exigir garantias e verificar margem de segurança da quantidade em estoque do produto

12. Declaração de Viabilidade

12.1. A equipe de planejamento declara ser viável a solução ora empregada.

13. Justificativa da viabilidade

13.1. A equipe de planejamento declara viável a aquisição/contratação do objeto com base neste ETP, consoante disposições legais vigentes.

14. Responsáveis

- 14.1. Requisitante: Kelly Meire Jadach Jardim.
- 14.2. Departamento: Departamento de Educação.